

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AMADORA OESTE
ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEOMARA DA COSTA PRIMO(sede)

Nº de Código 402 760 - Telefone: 21 498 59 90 - Fax: 21 498 59 99
Rua Elias Garcia, 329 - 2700-323 Amadora

REGULAMENTO ELEITORAL
Representante dos Alunos do ensino diurno no Conselho Geral

I – OBJETO

1. Nos termos das disposições do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, proceder-se-á à reabertura do processo eleitoral para a eleição dos representantes dos alunos no conselho geral.
2. De acordo com o Capítulo II, Secção I, Subsecção I, Art.º 9, Ponto 1, Alínea c (retirar ponto), do Regulamento Interno do Agrupamento, são dois os representantes dos alunos no conselho geral, um do ensino diurno e outro da educação de adultos.
3. O presente regulamento aplica-se ao processo de eleição do representante dos alunos do ensino diurno para o conselho geral.

II – ABERTURA E PUBLICITAÇÃO

1. O processo eleitoral para eleição do representante dos alunos do ensino diurno no conselho geral será aberto com a aprovação do presente regulamento pelo conselho geral.
2. O presidente do conselho geral convocará a assembleia eleitoral referente aos alunos do ensino diurno.
3. A convocatória da assembleia eleitoral, o presente regulamento e os demais documentos relacionados com o ato eleitoral para os representantes dos alunos no conselho geral serão publicitados no átrio do pavilhão E da escola sede e na página web do conselho geral¹.

III – COMISSÃO ELEITORAL

1. A comissão eleitoral é constituída por oito elementos do conselho geral, desempenhando um deles o cargo de presidente da comissão eleitoral. Quatro dos elementos são membros efetivos e quatro são membros suplentes.

¹<http://aeamadoraoste.edu.pt/index.php/conselho-geral>

2. Compete à comissão eleitoral:

- a. Afixar os cadernos eleitorais provisórios; receber eventuais reclamações de irregularidades neles detetadas e corrigi-las; afixar os cadernos eleitorais definitivos.
- b. Receber as listas candidatas à eleição; verificar a respetiva conformidade com a lei e com o presente regulamento e decidir sobre a aceitação ou exclusão.
- c. Elaborar o modelo dos boletins de voto.
- d. Decidir sobre reclamações e recursos relativos ao processo eleitoral.
- e. Organizar a mesa de voto; proceder ao escrutínio final dos votos e tornar públicos os resultados.
- f. Assegurar a regularidade do ato eleitoral e decidir sobre as questões que forem suscitadas no decurso do processo eleitoral.

IV – CADERNOS ELEITORAIS

1. Até dez dias úteis antes da data marcada para a realização do ato eleitoral, a comissão eleitoral fará afixar os cadernos eleitorais.
2. Constam dos cadernos eleitorais todos os que têm direito a voto, ou seja, a totalidade dos alunos do ensino diurno que completem dezasseis anos até à data marcada para a realização do ato eleitoral.
3. Nos cinco dias úteis seguintes à publicação dos cadernos eleitorais, qualquer eleitor poderá reclamar, por escrito, junto da comissão eleitoral, qualquer irregularidade neles detetada.
4. A comissão eleitoral decidirá da(s) reclamação(ões), em reunião expressamente realizada para o efeito, procedendo às eventuais correções e afixando de imediato os cadernos definitivos.

V – CANDIDATURAS

1. Os candidatos ao conselho geral como representantes dos alunos constituem-se em listas a submeter à respetiva assembleia eleitoral.
2. A participação dos alunos no conselho geral circunscreve-se aos alunos maiores de 16 anos de idade.
3. Nos termos do ponto 3 do artigo 50º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, não poderão ser candidatos os alunos a quem seja ou tenha sido aplicada nos últimos dois anos escolares medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou sejam ou tenham sido no mesmo período excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos por excesso de faltas.
4. As listas serão apresentadas em impresso próprio disponibilizado nos serviços administrativos e na página eletrónica do conselho geral.

5. Cada lista de candidatura deve integrar um elemento efetivo e um elemento suplente.
6. As candidaturas serão entregues nos serviços administrativos da escola sede, até cinco dias úteis antes do ato eleitoral.
7. Após a verificação dos requisitos relativos à constituição das listas, a comissão eleitoral publicará as listas admitidas na escola sede e na página eletrônica do conselho geral, até três dias úteis antes do ato eleitoral.
8. As listas admitidas serão identificadas com uma letra, segundo o critério da ordem alfabética, de acordo com a data e hora de entrada nos serviços administrativos.
9. Cada lista poderá designar até dois delegados ou representantes para acompanhamento do processo eleitoral.
10. Os delegados ou representantes podem acompanhar todo o ato eleitoral, desde que não interfiram no normal decorrer do mesmo.

VI – ASSEMBLEIA ELEITORAL

1. Compõem a Assembleia Eleitoral os membros da comunidade educativa com direito a voto.
2. Têm direito a voto os elementos que constam dos cadernos eleitorais.

VII – MESA DA ASSEMBLEIA ELEITORAL

1. A mesa eleitoral será eleita em reunião de delegados de turma convocada para o efeito pelo presidente da comissão eleitoral.
2. A mesa eleitoral é constituída por um presidente e dois vogais, exercendo um deles a função de secretário, e três membros suplentes.
3. A eleição da mesa eleitoral far-se-á por voto direto dos delegados de turma maiores de 16 anos de idade. Serão membros efetivos da mesa eleitoral aqueles que conseguirem maior número absoluto de votos.
4. São elegíveis para a mesa eleitoral os alunos maiores de 16 anos de idade.
5. A mesa eleita designará por voto secreto o presidente e o vogal secretário.
6. Compete à mesa da assembleia eleitoral:
 - a. Receber toda a documentação relativa ao funcionamento da mesa;
 - b. Proceder à abertura e encerramento das urnas;
 - c. Efetuar o escrutínio e apurar os resultados;
 - d. Lavrar a ata do resultado da eleição;

- e. Entregar à comissão eleitoral toda a documentação relativa ao ato eleitoral.

VIII - VOTAÇÃO

1. A votação terá lugar no átrio do pavilhão E, na escola sede, entre as 9:00h e as 18:30h do dia 28 de novembro de 2017.
2. As urnas poderão encerrar logo que todos os elementos que constam dos cadernos eleitorais tenham votado.
3. A votação realiza-se por sufrágio secreto e presencial.
4. Em nenhuma circunstância, é permitido o voto por correspondência ou por delegação.
5. Sempre que haja dúvidas por parte de qualquer dos membros da mesa sobre a identificação de qualquer votante, deverá ser exigida a respetiva identificação através de documento atualizado contendo fotografia.

IX - ESCRUTÍNIO

1. Terminada a votação, a mesa procederá de imediato às operações de contagem dos votos.
2. Serão registadas as abstenções, os votos nulos e os votos em branco, procedendo-se de seguida ao escrutínio dos votos validamente expressos. Os resultados serão registados em ata.
3. A mesa da assembleia eleitoral colocará em envelopes próprios os votos nulos, brancos, válidos e os que não tiverem sido utilizados; o conjunto destes envelopes será entregue à comissão eleitoral, juntamente com a ata do resultado da eleição.
4. A comissão eleitoral reunirá para o apuramento global dos resultados.

X - PUBLICAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS

1. Os resultados serão divulgados na página eletrónica do agrupamento e afixados no átrio do Pavilhão E da escola sede.

XI - MANDATO

1. O mandato dos representantes dos alunos no conselho geral tem a duração de quatro anos escolares, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.
3. As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do

mandato, com respeito pelo disposto no ponto 4 do Artigo 15º, do Decreto-Lei nº. 75/2008 de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º137/2012 de 2 de julho.

XII - REPETIÇÃO DO ATO ELEITORAL

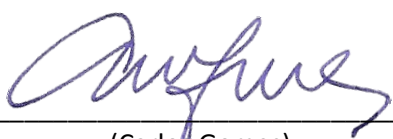
1. Numa situação de não apresentação de listas repetir-se-á o ato eleitoral no mais curto espaço de tempo.

XIII - ENTRADA EM VIGOR

1. O presente regulamento entra em vigor logo que aprovado pelo Conselho Geral.

Amadora, 9 de novembro de 2017

O Presidente do Conselho Geral



(Carlos Gomes)